

## Quadro do pessoal do Ministério da Cooperação

Categoria/função	Unidade
<b>A. Funções de direcção e chefia</b>	
A.1 — Director Nacional .....	2
A.2 — Director Nacional-adjunto .....	1
A.3 — Chefe de departamento .....	8
A.4 — Chefe de gabinete .....	1
A.5 — Chefe de repartição .....	4
A.6 — Chefe de secção .....	9
<b>Subtotal</b> .....	<b>25</b>
<b>B. Outras funções de confiança</b>	
B.1 — Assessor .....	5
B.2 — Secretário particular .....	1
<b>Subtotal</b> .....	<b>6</b>
<b>C. Carreiras técnicas</b>	
C. 1 — Técnico A de cooperação .....	17
C. 2 — Técnico B de cooperação .....	11
C. 3 — Técnico C de cooperação .....	19
C. 4 — Técnico D de cooperação .....	18
C. 5 — Documentalista B .....	2
C. 6 — Técnico C de documentação .....	1
C. 7 — Técnico D de documentação .....	1
C. 8 — Analista de sistema A .....	1
C. 9 — Técnico C de programação .....	2
C.10 — Técnico D de programação .....	2
<b>Subtotal</b> .....	<b>74</b>
<b>D. Carreira de administração estatal</b>	
D.1 — Técnico de administração de 1.ª .....	1
D.2 — Técnico de administração de 2.ª .....	4
D.3 — Primeiro-oficial de administração .....	5
D.4 — Segundo-oficial de administração .....	6
D.5 — Terceiro-oficial de administração .....	6
D.6 — Aspirante .....	2
<b>Subtotal</b> .....	<b>24</b>
<b>E. Carreira de secretariado</b>	
E.1 — Secretária de direcção .....	2
E.2 — Secretário-dactilógrafo .....	4
E.3 — Dactilógrafo de 1.ª .....	5
E.4 — Dactilógrafo de 2.ª .....	8
E.5 — Dactilógrafo de 3.ª .....	2
E.6 — Escriutário-dactilógrafo .....	4
<b>Subtotal</b> .....	<b>25</b>
<b>F. Ocupação de apoio técnico e geral</b>	
F. 1 — Oficial de protocolo de 1.ª .....	1
F. 2 — Oficial de protocolo de 2.ª .....	2
F. 3 — Oficial de protocolo de 3.ª .....	2
F. 4 — Condutor de automóveis de 1.ª classe .....	6
F. 5 — Condutor de automóveis de 2.ª classe .....	3
F. 6 — Impressor de offset .....	1
F. 7 — Encadernador .....	1
F. 8 — Telefonista .....	4
F. 9 — Recepcionista .....	1
F.10 — Estafeta .....	3
F.11 — Contínuo .....	1
F.12 — Servente .....	9
F.13 — Guarda .....	2
<b>Subtotal</b> .....	<b>36</b>
<b>TOTAL</b> .....	<b>190</b>

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal.

Maputo, Fevereiro de 1990. — O Ministro da Administração Estatal, *José Óscar Monteiro*. — O Ministro das Finanças, *Abdul Magid Osman*. — O Ministro do Trabalho, *Aguiar Jonassane Reginaldo Real Mazula*. — O Ministro da Justiça, *Ossumane Aly Daúto*.

(Fica sem efeito o Diploma Ministerial n.º 55/90, de 20 de Junho findo, publicado no *Boletim da República*, 1.ª série, n.º 25.)

## MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DAS FINANÇAS E SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS

## Diploma Ministerial n.º 62/90

de 11 de Julho

A formação de quadros técnicos qualificados constitui uma das grandes prioridades nacionais.

A sua importância em sectores que se desenvolveram fundamentalmente após a Independência Nacional é particularmente premente, como é o caso das pescas.

Considera-se que a entrada em funcionamento há cerca de dez anos de uma escola de pesca voltada para a preparação de quadros de nível básico proporcionou neste período uma alteração acentuada e positiva da qualificação técnica prevalecente no sector das pescas e justifica que a referida instituição seja consagrada em lei não apenas a sua existência plena mas, igualmente, o quadro da sua evolução.

Assim, ao abrigo da alínea g), ponto 1 do artigo 20 do Decreto Presidencial n.º 1/85, de 29 de Julho, os Ministros da Educação, das Finanças e o Secretário de Estado das Pescas, determinam:

Artigo 1. É criada a Escola de Pesca que dependerá da Secretaria de Estado das Pescas e que funciona sob orientação metodológica do Ministério da Educação para as áreas de formação geral e básica.

Art. 2. A Escola de Pesca é uma instituição de ensino técnico-profissional destinada à formação e reciclagem de técnicos e quadros de nível básico das profissões técnicas específicas das pescas, podendo evoluir para a formação de quadros de nível médio, logo que as condições de desenvolvimento do sector das pescas o exijam.

Art. 3. É publicado, após a aprovação pela Comissão de Administração Estatal, na base do artigo 3 do Decreto n.º 3/85, de 22 de Maio, o estatuto orgânico e o quadro de pessoal da Escola de Pesca, os quais formam parte integrante deste diploma.

Art. 4. É aprovado o Regulamento das Carreiras Profissionais da Escola de Pesca que também forma parte integrante deste diploma.

Maputo, 26 de Fevereiro de 1990. — O Ministro da Educação, *Aniceto dos Muchangos*. — O Ministro das Finanças, *Abdul Magid Osman*. — O Secretário de Estado das Pescas, *Joaquim Tenreiro de Almeida*.

## Estatuto da Escola de Pesca

## CAPÍTULO I

## Sistema orgânico

## SECÇÃO I

## Generalidades

## ARTIGO 1

A Escola de Pesca tem como objectivo principal a formação técnica de profissionais de mar e de terra ligados à frota pesqueira.

## ARTIGO 2

São atribuições gerais da Escola de Pesca:

- Planificar e ministrar cursos de formação de profissionais específicos das pescas;

- b) Emitir os respectivos certificados de habilitações;
- c) Realizar cursos de especialização e de reciclagem, de curta duração;
- d) Prestar assistência técnica e serviços diversos ao sector pesqueiro, de acordo com as suas disponibilidades.

## ARTIGO 3

Para a prossecução do seu objectivo e das suas atribuições, a Escola de Pesca abrange as seguintes áreas principais de actividades:

- a) Área pedagógica abrangendo as aulas teóricas, práticas oficiais e marítimas;
- b) Área do internato, abrangendo a ocupação dos tempos livres, a auto-produção e condições de alojamento, vestuário e de alimentação.

## SECÇÃO II

## Estrutura

## ARTIGO 4

A Escola de Pesca tem a seguinte estrutura:

- a) Director;
- b) Departamento Pedagógico;
- c) Departamento Administrativo;
- d) Internato.

## ARTIGO 5

## Atribuições das estruturas

São as seguintes as atribuições específicas do director:

- a) Dirigir, coordenar e supervisionar as actividades da Escola;
- b) Garantir a elaboração, execução e controlo do plano da escola;
- c) Representar a Escola junto de quaisquer organismos ou entidade.

## ARTIGO 6

São as seguintes as atribuições específicas do Departamento Pedagógico:

- a) Elaborar os planos e programas de estudo dos diferentes cursos leccionados na escola;
- b) Assegurar a execução dos programas de estudo;
- c) Controlar as avaliações periódicas e finais dos alunos e preparar as propostas de afectação dos alunos finalistas de cada curso;
- d) Organizar o plano de trabalho dos professores nas suas tarefas docentes e para-docentes;
- e) Actualizar o currículo de estudo das diferentes disciplinas leccionadas na escola e propor as modificações julgadas necessárias;
- f) Manter uma biblioteca especializada nas matérias leccionadas na escola;
- g) Dirigir a elaboração de manuais de ensino destinados aos alunos;
- h) Fazer o acompanhamento profissional dos graduados formados pela escola.

## ARTIGO 7

São atribuições do Departamento Administrativo da Escola de Pesca:

- a) Executar as tarefas administrativas referentes ao pessoal, à manutenção do património da escola e a aquisições, estas últimas em conjunto com os departamentos e secções correspondentes da escola;

- b) Elaborar os projectos de orçamento do estado relativos à escola e fazer os registos referentes à sua execução;
- c) Manter o arquivo relativo aos cursos e alunos da escola;
- d) Executar quaisquer serviços gerais que sejam requeridos para o normal funcionamento da escola.

## ARTIGO 8

O Internato tem as seguintes atribuições específicas:

- a) Garantir as condições materiais dos alunos, nomeadamente o alojamento e vestuário;
- b) Assegurar a boa condição física dos alunos, nomeadamente através de uma alimentação, de um ambiente higieno sanitário e de uma assistência médica adequadas;
- c) Organizar e dirigir os tempos livres dos alunos, nomeadamente o estudo programado, as actividades culturais, desportivas e de auto-produção e ainda as acções de ligação Escola-Comunidade;
- d) Garantir as condições de tranquilidade e de segurança a nível da escola, indispensáveis ao seu normal funcionamento.

8.2. O Internato constitui uma unidade adstrita à Escola e é equiparada a Departamento.

## ARTIGO 9

Na Escola de Pesca funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho de Direcção;
- b) Conselho Pedagógico.

## ARTIGO 10

Compete ao Conselho de Direcção:

- a) Estudar as decisões das direcções do Partido e do Estado, do Governo em geral e da Secretaria de Estado das Pescas em particular, relacionadas com a actividade da Escola de Pesca, com vista à sua implementação;
- b) Analisar, propor e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo dos planos do sector, em geral, e do trabalho de formação, em particular;
- c) Executar o balanço periódico do plano e programa de actividades da escola;
- d) Promover a troca de experiência e de informação entre os dirigentes e os quadros.

10.1. O Conselho de Direcção tem a seguinte composição:

- a) Director;
- b) Chefe do Departamento Pedagógico;
- c) Chefe do Departamento Administrativo;
- d) Chefe do Internato;
- e) Outros quadros a designar pelo Director.

## ARTIGO 11

Compete ao Conselho Pedagógico:

- a) Analisar e propor os objectivos dos programas de estudo, tomando como base a política de desenvolvimento pesqueiro e os planos do sector;
- b) Analisar, coordenar, controlar e avaliar os programas de estudo a cargo do Departamento Pedagógico;

- c) Estudar as alterações julgadas necessárias nos programas de estudo;
- d) Analisar e propor à Secretaria de Estado das Pescas os planos de formação de pessoal no âmbito das actividades da escola;
- e) Analisar a evolução profissional dos graduados da escola;

11.1. O Conselho Pedagógico tem a seguinte composição:

- a) Director;
- b) Chefe do Departamento Pedagógico;
- c) Chefe do Internato;
- d) Chefes das áreas internas do Departamento Pedagógico;
- e) Outros técnicos a designar pelo Director.

#### ARTIGO 12

Podem participar nas reuniões dos colectivos, na qualidade de convidados, representantes do Partido e das ODM's, bem como quadros técnicos e outros especialistas.

### CAPÍTULO II

#### Disposições finais

#### ARTIGO 13

As dúvidas surgidas na aplicação do Estatuto serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado das Pescas.

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal.

Maputo, 26 de Fevereiro de 1990 — O Ministro da Administração Estatal, *José Oscar Monteiro*. — O Ministro das Finanças, *Abdul Magid Osman*. — O Ministro da Justiça, *Ussumane Aly Daúto*. — O Ministro do Trabalho, *Aguiar Jonassane Reginaldo Real Mazula*.

## Regulamento das Carreiras Profissionais da Escola de Pesca

### CAPÍTULO I

#### Âmbito e objectivos

#### ARTIGO 1

As disposições do presente Regulamento aplicam-se aos trabalhadores e funcionários da Escola de Pesca e estabelecem o regime de provimento nas categorias ocupacionais dos respectivos quadros de pessoal.

1.1. Aos trabalhadores recrutados em regime eventual aplicam-se as condições estabelecidas nos respectivos contratos de trabalho, os quais não podem conter condições salariais mais favoráveis do que as definidas para as ocupações correspondentes do quadro de pessoal, salvo se autorizado por despacho do Ministro das Finanças após consulta ao Ministério do Trabalho.

#### ARTIGO 2

Para efeito do estabelecido no presente Regulamento, são adoptadas as categorias ocupacionais e efectivos constantes do anexo I, que constituem o quadro de pessoal da Escola de Pesca.

2.1. No caso de os candidatos à integração no quadro de pessoal não possuírem os requisitos de qualificação exigidos, serão os mesmos integrados em categorias ocupacionais de nível inferior das respectivas carreiras profissionais e o quadro revisto, nos termos do § 1, do artigo 4.

#### ARTIGO 3

Para cada ocupação profissional é definido um qualificador, onde consta o conteúdo de trabalho, os requisitos de qualificação escolar e técnico-profissionais e ainda quaisquer outros considerados relevantes para o seu exercício.

3.1. Os qualificadores das ocupações específicas de técnicos constam do anexo II.

3.2. Os qualificadores das ocupações de técnicos, operários e empregados constam do qualificador definido nos artigos 12 e 16 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

3.3. A atribuição de uma categoria profissional a um funcionário habilita-o a desempenhar determinadas ocupações profissionais em conformidade com os respectivos qualificadores, embora condicionado à existência da respectiva vaga, nos quadros de pessoal.

#### ARTIGO 4

Os quadros do pessoal são aprovados pela Comissão de Administração Estatal, e estabelecem o efectivo das diferentes categorias profissionais.

4.1. Os quadros do pessoal previstos no parágrafo anterior poderão ser revistos anualmente, observando-se sempre os limites do fundo de salários fixado do Orçamento Geral do Estado para o respectivo ano.

### CAPÍTULO II

#### Do provimento, estágio e concurso

#### ARTIGO 5

As formas de provimento, estágio e concurso são as definidas no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

### CAPÍTULO III

#### Dos salários

#### ARTIGO 6

Com ressalva do disposto nos artigos seguintes, os salários a praticar relativamente aos funcionários da Escola de Pesca são os resultantes da aplicação das correspondentes tarifas segundo tabelas a aprovar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, do Trabalho e do Secretário de Estado das Pescas.

#### ARTIGO 7

Tratando-se de cargos de chefia e de direcção e recaindo a designação em funcionários do quadro aprovado, o salário efectivo a praticar não poderá ser inferior ao que, nos termos deste Regulamento, conjugados com a aplicação da correspondente tabela de tarifas, lhes caberia no exercício das funções da respectiva ocupação profissional acrescido de 10 por cento.

7.1. Finda a comissão de serviço em cargo de chefia ou de direcção o funcionário retomar o exercício da ocupação anterior à sua designação ou outra que, por virtude da progressão na respectiva carreira profissional, possa desempenhar.

#### ARTIGO 8

Durante o período de estágio o salário a praticar para o estagiário será o que resultar da aplicação da tarifa fixada para ocupação de ingresso na carreira excepto quando, por determinação da lei ou regulamento específico, deve ser observado uma remuneração distinta.